



PREAMBULO

Pregão Presencial n.º 087/2021

O **MUNICÍPIO DE COLATINA/ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ sob o n.º 27.165.729/0001-74**, com sede na Avenida Ângelo Giuberti, 343, bairro Esplanada, Colatina/ES, torna público que realizará Pregão Presencial objetivando a **contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de serviço de internet com conexão banda larga, via fibra óptica, com fornecimento de roteador em regime de comodato**, conforme **Processo n.º 017509/2021**, devidamente autorizado pela autoridade competente. O Pregão Presencial será realizado pelo Pregoeiro do Município de Colatina, designado pela **Portaria n.º 004/2021**, regido pela Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 4.976/2004 e pela Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações e demais normas pertinentes.

1 – DO OBJETO:

1.1 – O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de serviço de internet com conexão banda larga, via fibra óptica, com fornecimento de roteador em regime de comodato, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social, através da da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação, conforme relacionados no Anexo I do presente Edital.

1.2 – As especificações e as condições para contratação dos serviços, objeto desta licitação, são as constantes neste edital e seus anexos.

2 – DA ABERTURA DA SESSÃO:

2.1 – As **08h do dia 23 de novembro de 2021**, será aberta à sessão pelo Pregoeiro na sala de reuniões da Coordenadoria de Licitações, nº 02, no térreo do edifício-sede, localizada na Avenida Ângelo Giuberti, 343, Bairro Esplanada, Colatina – ES, para, a realização do Credenciamento e após, recebimento dos Envelopes “Proposta de Preços” e “Habilitação”.

2.2 – Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidas novas proponentes.

3 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

3.1 – Tipo de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

3.2 – Dotação Orçamentária: 1300021030100372147 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 060 – FR: 12110000000 – Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde.

3.3 – Dotação Orçamentária: 1300021030100372146 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 053 – FR: 12110000000 – Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde.

3.4 – Dotação Orçamentária: 1300031030200382154 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 132 – FR: 12140000003 – Recurso: Bloco Atenção Especializada Saúde Federal – Manutenção das Ações.

3.5 – Dotação Orçamentária: 1300021030100372153 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 101 – FR: 22140000002 – Recurso: Bloco Atenção Primária Federal – Manutenção das Ações das Ações.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



3.6 – Dotação Orçamentária: 1300031030200382155 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 146
– FR: 12140000003 – Recurso: Bloco Atenção Especializada Saúde Federal – Manutenção das Ações.

3.7 – Dotação Orçamentária: 1300031030200362165 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 120
– FR: 12140000003 – Recurso: Bloco Atenção Especializada Saúde Federal – Manutenção das Ações.

3.8 – Dotação Orçamentária: 1300041030500362176 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 205
– FR: 12140000001 – Recurso: Bloco Vigilância em Saúde Federal – Manutenção das Ações de Saúde.

3.8 – Dotação Orçamentária: 1300051030300382170 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 231
– FR: 12110000000 – Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde.

3.9 – Dotação Orçamentária: 1300031030200382159 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 157
– FR: 12110000000 – Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde.

3.10 – Dotação Orçamentária: 2300010812200312283 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 933
– FR: 23110000002 – Recurso: Bloco Proteção Social FNAS – Federal.

3.11 – Dotação Orçamentária: 2300010812200312055 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha: 908
– FR: 23110000000 – Recurso: IGD – Bolsa Família (Índice de Gestão Descentralizada).

3.12 – Dotação Orçamentária: 2300010812200322281 – Elemento de despesa: 33903900000 – Ficha:
958 – FR: 13110000001 – Recurso: Bloco Proteção Social FNAS – Federal.

4 – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO:

4.1 – Somente poderão participar deste Pregão Presencial pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades pertinentes ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

4.2 – Não será permitida a participação nesta licitação, de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com o Município de Colatina, ou ainda que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, não ocorrendo a reabilitação, ou que se subsumam as disposições dos arts. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93.

5 – DOS ENVELOPES “PROPOSTA DE PREÇOS” E “HABILITAÇÃO”:

5.1 – As licitantes deverão entregar no entretempo definido neste edital, após regular credenciamento, sua proposta e a documentação necessária para habilitação, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados e rubricados, contendo na parte externa, os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL:

GNPJ:

MUNICÍPIO DE COLATINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2021

ENVELOPE Nº 001 – PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



GNPJ:

MUNICÍPIO DE COLATINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2021

ENVELOPE Nº 002 – HABILITAÇÃO

5.2 – O Envelope nº 01 – PROPOSTA deverá conter as informações/documentos exigidos no item 7 deste Edital, e o Envelope nº 02 – HABILITAÇÃO deverá conter os documentos/informações exigidos no item 8 deste Edital.

5.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou pelo Pregoeiro ou da Equipe de Apoio, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer no momento da sessão.

6 – DO CREDENCIAMENTO:

6.1 – Para efetivação do Credenciamento, em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02, é OBRIGATÓRIA a apresentação das Declarações constantes do Anexo IV e Anexo VII, que deverão ser entregues separadamente dos Envelopes nº 01 – “Proposta de Preços” e nº 02 – “Habilitação”.

6.2 – Caso a licitante não se faça presente, deverá remeter as declarações de que trata o item 6.1 e o Contrato Social ou documento equivalente devidamente autenticado, de que trata o Item 6.4, em envelope apartado que deverá trazer os seguintes dizeres “PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA – PMC” – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 087/2021 – ENVELOPE CREDENCIAMENTO**”.

6.3 – Para a efetivação do Credenciamento o representante da proponente exibirá ao Pregoeiro qualquer documento de identidade emitido por Órgão Público acompanhado de Carta Credencial original, constante do ANEXO III, que o autorize a participar de Pregão Presencial ou INSTRUMENTO PROCURATÓRIO, que o autorize a responder pela proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome da proponente.

6.4 – Para efetivação do Credenciamento é OBRIGATÓRIA a apresentação da CÓPIA AUTENTICADA DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL, DO DOCUMENTO DE ELEIÇÃO DE SEUS ADMINISTRADORES, DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL OU NO CARTÓRIO DE PESSOAS JURÍDICAS, CONFORME O CASO, a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

6.5 – Para efeito de atendimento ao subitem 6.4 compreende-se como:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores (Ata e Termo de Posse), ou Registro Comercial no caso de empresa individual;
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

6.6 – A apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, presta-se para observar se a atividade da empresa é concernente ao objeto contido no item 1.1.



6.7 - No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

6.8 - Caso a proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão Presencial com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.

6.9 - A apresentação do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto, devidamente autenticado no Credenciamento, isenta a licitante de apresentá-los no envelope nº 2 - Habilitação.

6.10 - Além dos documentos exigidos acima, a licitante que for MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou equiparadas, que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e 147/2014, deverá comprovar, obrigatoriamente, no CREDENCIAMENTO esta condição por meio de declaração, de que cumprem os requisitos legais para qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sob as penas da lei, devidamente assinada por seu(s) SÓCIO(S) REPRESENTANTE LEGAL, com data ATUALIZADA, conforme modelo no Anexo IX.

6.10.1 - Se a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não apresentar a declaração de que trata o item 6.10, não terá direito a usufruir dos privilégios estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e 147/2014.

6.11 - Para efetivação de informação, o representante da proponente deverá apresentar no "CREDENCIAMENTO," a Declaração de Endereço Eletrônico, constante do Anexo VIII, sem prejuízo de desclassificação.

NOTA: Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados em mãos, ou seja, não deverão estar dentro de nenhum envelope de proposta comercial e/ou de habilitação.

7 - DO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA:

7.1 - A proposta de preços poderá ser elaborada através do software E&L Proposta Comercial, disponível no site do Município de Colatina <<www.colatina.es.gov.br>> e entregue ao Pregoeiro, através de mídia digital (pen drive ou cd) e uma via impressa por meio do referido software, contendo a identificação da empresa licitante (nome e CNPJ), datada, carimbada e assinada por seu representante legal devidamente constituído do contrato social ou no credenciamento, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as seguintes informações:

- a) Discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no Anexo I, inclusive quanto a informação de marca e o modelo, quando couber;**
- b) Validade da Proposta, não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de abertura dos envelopes da Proposta de Preços;**
- c) Preço unitário e preço total, cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$XX,XX), incluindo-se todos os impostos, taxas, seguros, licenças, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados ao fornecimento dos produtos, os quais não acrescentarão ônus ao Município de Colatina-ES.**



7.1.1 – Havendo problemas na elaboração da proposta comercial no software E&L Proposta Comercial, será aceita apenas, a proposta datilografada ou digitada, em 01 (uma) via, contendo a identificação da empresa licitante (nome e CNPJ), datada, carimbada e assinada por seu representante legal devidamente constituído do contrato social ou no credenciamento, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as informações constantes das alíneas “a”, “b” e “c” do subitem anterior.

7.1.1.1 – A não apresentação da proposta em mídia digital, no momento da sessão, não acarretará a desclassificação de qualquer empresa licitante.

7.2 – O preço unitário, o preço total de cada lote e o valor global da proposta deverão ser apresentados em algarismos, sendo facultada a apresentação por extenso.

7.3 – As propostas, deverão trazer as mesmas expressões contidas no Anexo I, referentes à especificação do objeto.

7.4 – Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes, ou não previstas neste edital.

7.5 – As propostas, deverão trazer as mesmas expressões contidas no Anexo I, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

7.6 – Serão aceitas as propostas em que constarem erros de cálculo nos valores propostos, reservando-se ao Pregoeiro do certame, o direito de corrigi-los na forma seguinte:

- a) O erro na multiplicação de preços unitários pelas quantidades correspondentes será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;
- b) O erro na adição será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto, pelo corrigido.

8 – DO ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO:

8.1 – As licitantes deverão apresentar no **Envelope nº 02 – HABILITAÇÃO**, os documentos abaixo enumerados:

8.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Declaração, datada e assinada pela empresa, de atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88, constante do Anexo V;
- b) Declaração datada e assinada pela empresa de que não existe superveniência de fato impeditivo de sua habilitação, e que aceita todas as exigências do Presente edital, bem como se submete a todas as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, constante do Anexo VI.

8.1.2 – REGULARIDADE FISCAL

- a) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União unificando as Contribuições Previdenciárias;
- b) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Fazenda Estadual – Estado Sede da Empresa;
- d) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Fazenda Municipal – Município Sede da Empresa;



- e) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Justiça do Trabalho;
- f) Comprovação da Inscrição no CNPJ;
- g) Certidão Negativa de Débitos Municipal, perante a Fazenda Pública do Município de Colatina.

9.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou se for o caso, certidão da instância judicial competente atestando a capacidade econômico-financeira da empresa em recuperação judicial, em vigência;

9.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de que a licitante prestou, sem restrição, serviço de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação de que prestou serviço compatível com o objeto desta licitação, será feita por meio de apresentação de atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da pessoa jurídica de direito Público ou Privado tomador do serviço.
- b) Comprovação de outorga concedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para a prestação de serviços de comunicação multimídia (SCM) nas respectivas áreas de cada lote arrematado.

9.2 – A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA referida no item 8.1.3, poderá ser apresentada em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou pelo Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer no momento da sessão.

9.3 – As Certidões Negativas exigidas no item 8.1.2 e 8.1.3, deverão conter o mesmo CNPJ do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto apresentado pela empresa licitante no momento do Credenciamento.

9.4 – Figuras como exceções as Certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa Matriz quanto as Filiais (INSS e PGFN/RECEITA FEDERAL).

9.5 – Os documentos de habilitação serão exigidos somente da licitante vencedora do certame.

9.6 – Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos através de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via Internet, no momento da fase de habilitação.

9.7 – Os modelos anexados ao edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de inabilitação ou desclassificação a apresentação de documentos que sejam elaboradas de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.

10 – DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO:

10.1 – Declarada aberta à sessão pelo Pregoeiro, serão recebidos os documentos para o Credenciamento, conforme disposto no Item 6. Somente serão credenciadas as empresas que cumprirem todos os requisitos exigidos no respectivo item.

10.2 – Após realização do Credenciamento, o Pregoeiro receberá os envelopes nº 01 – “Proposta de Preços” e nº 02 – “Habilitação” das empresas devidamente credenciadas e procederá à abertura dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços, julgando-as e classificando-as, pelo **MENOR PREÇO POR LOTE** considerando para tanto as disposições da Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X.

10.3 – Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham



condições, que se oponham a quaisquer dispositivos legais vigentes.

10.4 – Para efeito de classificação das propostas, em cumprimento ao Inciso VII, do Art. 4º, da Lei 10.520/02, apenas o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação da vencedora.

10.5 – Para efeito de classificação das propostas, em cumprimento ao Inciso IX, do Art. 4º, da Lei 10.520/02, não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.6 – Uma vez classificadas as propostas, o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.7 – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

10.8 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.9 – O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de pôr ordem ao certame.

10.10 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.11 – Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

10.12 – Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, preferência de contratação para as empresas de pequeno porte que atenderem as exigências deste Edital.

10.13 – Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.14 – Ocorrendo empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresas de pequeno porte, que se enquadrarem na hipótese do item 9.13 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

10.15 – Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte, satisfizer as exigências previstas neste Edital, será declarada vencedora do certame, a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.



10.16 – O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.17 – Em seguida, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito.

10.18 – O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais, benefícios e despesas indiretas.

10.19 – Sendo aceitáveis as propostas, serão abertos os Envelopes nº 02 – HABILITAÇÃO, das empresas classificadas e verificado o atendimento das exigências habilitatórias previstas neste edital.

10.20 – A microempresa e a empresa de pequeno porte declarada vencedora da etapa de lances que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscais previstos neste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data, caso for declarada como vencedora da etapa de lances. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para o exercício do mesmo direito ou revogar a licitação.

10.21 – O benefício previsto não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos previstos neste edital no momento da fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição. Se não apresentar nenhum dos documentos fiscais, mesmo com restrições, a microempresa e a empresa de pequeno porte, serão automaticamente inabilitadas.

10.22 – Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, as licitantes serão habilitadas e declaradas vencedoras do certame.

10.23 – Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

10.24 – A proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade da proponente.

10.25 – O Pregoeiro ou a autoridade competente superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

10.26 – Ao final da sessão pública, o Pregoeiro franqueará a palavra às licitantes que desejarem manifestar intenção de recorrer dos atos até ali praticados.

11 – DOS RECURSOS:



11.1 - Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei n.º 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações.

11.2 - A manifestação em interpor recurso deverá observar o seguinte critério:

- a) Ser dirigida ao Pregoeiro ao final da sessão pública, devidamente fundamentado e, se for o caso, acompanhado de documentação pertinente;
- b) As razões do recurso, apresentadas por escrito no prazo de 03 (três) dias corridos (art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02). O documento deve ser assinado por representante legal da licitante ou por Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);
- c) As razões do recurso deverão ser apresentadas no Protocolo Geral do Município de Colatina-ES, situada na Av. Ângelo Giuberti, 343, bairro Esplanada, Colatina-ES, no horário das 07h às 13h, e fora do prazo legal, não serão conhecidos;
- d) As demais licitantes ficam cientes de que deverão apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias corridos (art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02), a contar do término concedido a licitante que manifestou a intenção de recorrer.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

12.1 - Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão, o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

12.2 - A classificação e o julgamento das propostas e os documentos habilitatórios serão submetidos à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação, **caso ocorra manifestação de recurso.**

13 - DA ASSINATURA DO CONTRATO:

13.1 - Homologada a licitação, a PMC, por intermédio da Coordenadoria de Contratos, convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para, no prazo fixado neste Edital, assinar(em) o respectivo instrumento contratual.

13.2 - O prazo para a assinatura do contrato é de 02 (dois) dias, após a sua retirada/recebimento.

13.3 - No caso da licitante vencedora do certame, dentro do prazo de validade da sua proposta, não atender a exigência do item anterior (12.2), ou desatender ao disposto no Termo de Referência e Anexo I, aplicar-se-á o previsto no inciso XVI, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02.

14 - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

14.1 - As informações quanto a forma e condições de entrega, encontram-se especificados no Item 03 do Termo de Referência - Anexo II, deste Edital.

15 - DA AGEITAÇÃO E DO PAGAMENTO:

15.1 - O pagamento será realizado mensalmente, de acordo com a prestação dos serviços e com a quantidade de equipamentos instalados, mediante a apresentação pela empresa vencedora/contratada, da Nota Fiscal, ao Município de Colatina, acompanhada dos documentos



de regularidade fiscal exigidos para a habilitação no procedimento licitatório, a saber:

- a) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Fazenda Estadual – Estado Sede da Empresa;
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Fazenda Municipal – Município Sede da Empresa;
- d) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Justiça do Trabalho;
- e) Comprovação da Inscrição no CNPJ;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipal, perante a Fazenda Pública do Município de Colatina.

15.2 – A Nota Fiscal e os demais documentos emitidos pela empresa vencedora/contratada serão atestados pelo responsável pelo recebimento do objeto licitado e serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva apresentação.

15.3 – O Município de Colatina poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela empresa vencedora, em decorrência de inadimplemento contratual ou avaliações promovidas através do ANS – Acordo de Nível de Serviço.

15.4 – Os pagamentos somente serão realizados através de Ordem Bancária, ficando a empresa vencedora/contratada obrigada a indicar na Nota Fiscal, a Conta-Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

15.5 – Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais ou nos documentos relativos às obrigações fiscais/trabalhistas, será solicitada a empresa vencedora/contratada providências para retificação, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da regularização da pendência.

15.6 – A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de Credenciamento e acolhidos nos documentos da fase de Habilitação.

15.7 – Qualquer alteração feita no Contrato Social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicado ao Município de Colatina, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

15.8 – O Município de Colatina poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa vencedora/contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

15.9 – Para a efetivação do pagamento a empresa vencedora/contratada deverá manter as condições previstas no edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

15.10 – Os preços propostos são fixos e irrevogáveis, sem prejuízo do disposto no inciso II, alínea "d", do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

15.11 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15.12 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

15.13 – É expressamente vedado ao prestador do serviço efetuar cobrança ou desconto de duplicatas através



de rede bancária ou de terceiros.

16 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

16.1 – À empresa vencedora/contratada que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

- a) Multa;
- b) Rescisão do Contrato ou cancelamento da autorização de serviço;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Colatina e,
- d) Declaração de inidoneidade.

16.2 – Será aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total contratado, quando a empresa vencedora/contratada:

- a) causar embaraços ou desatender as determinações da fiscalização;
- b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização, por escrito, do Município de Colatina;
- c) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;
- d) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha causar danos ao Município de Colatina ou a terceiros, independentemente da obrigação da empresa vencedora/contratada em reparar os danos causados.
- e) descumprir quaisquer obrigações licitatórias / contratuais;
- f) se recuse a assinar o contrato, aceitá-lo ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no Edital.

16.3 – Ocorrendo atraso no início da prestação dos serviços, será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

16.4 – Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à empresa vencedora/contratada a pena de suspensão do direito de licitar com o Município de Colatina, pelos prazos de 06 (seis) meses, 12 (doze) meses e por maiores prazos, em função da gravidade da falta cometida.

16.5 – Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade quando a empresa vencedora/contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo do Município de Colatina, independentemente das demais sanções cabíveis.

16.6 – A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

16.7 – Caso o Município de Colatina exerça o direito de aplicar a pena de multa, este se obriga a notificar a empresa vencedora/contratada, justificando a medida.

16.8 – As multas aplicadas deverão ser recolhidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação, independentemente do julgamento de pedido de reconsideração do recurso.

16.9 – Poderá, ainda, a empresa vencedora/contratada, a juízo do Município de Colatina, responder por perdas e danos, independentemente das demais sanções previstas neste edital.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



17.1 - Ao apresentar proposta, fica subentendido que a licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

17.2 - O Pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com a licitante vencedora a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

17.3 - Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, bem como qualquer outro servidor da Prefeitura Municipal de Colatina - ES.

17.4 - As informações complementares inerentes a este Pregão Presencial e os pedidos de esclarecimentos, deverão ser solicitados anteriormente a data fixada para abertura da sessão pública, via internet, no endereço eletrônico licitacoes.colatina@gmail.com e poderão ser obtidas pelo telefone (27) 3177-7866, em dias úteis no horário de 07h às 13h.

17.5 - Os prazos e as condições para requerer IMPUGNAÇÃO deste edital são os previstos nos §§ 1º, 2º e 3º do artigo 41 na Lei nº 8.666/93 e alterações.

17.5.1 - As impugnações deverão ser apresentadas no Protocolo Geral do Município de Colatina-ES, situada na Av. Ângelo Giuberti, 343, Bairro Esplanada, Colatina-ES, no horário das 07h às 13h e, fora do prazo legal, não serão conhecidas.

17.6 - Fazem parte do presente edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

17.6.1 - Anexo I - Especificações do objeto licitado;

17.6.2 - Anexo II - Termo de Referência;

17.6.3 - Anexo III - Modelo de Credenciamento;

17.6.4 - Anexo IV - Modelo de Declaração (Atendimento às Exigências Habilitatórias);

17.6.5 - Anexo V - Modelo de Declaração (Menor);

17.6.6 - Anexo VI - Modelo de Declaração (Inexistência de Fatos Supervenientes);

17.6.7 - Anexo VII - Modelo de Declaração (Artigo 29 da Lei Orgânica Municipal);

17.6.8 - Anexo VIII - Modelo de Declaração de Endereço Eletrônico;

17.6.9 - Anexo IX - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

17.6.10 - Anexo X - Minuta de Contrato.

Colatina - ES, 27 de outubro de 2021.

JOSÉ ANTÔNIO BOF BUFFON
Secretário Municipal de Tecnologia da Informação



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO:

1.1 - O presente termo de referência tem por escopo subsidiar o procedimento licitatório, mediante pregão, sob a forma presencial, com finalidade de efetuar a contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de serviço de internet com conexão banda larga, via fibra óptica, com fornecimento de roteador em regime de comodato, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social, através da da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação, conforme relacionados no Anexo I do presente Edital.

2 - DA JUSTIFICATIVA:

2.1 - Com a popularização da internet e o seu consequente aperfeiçoamento, essa tecnologia tornou-se possível a utilização no setor público, no sentido de modernizar a administração pública, tornando-se mais gerencial, dinâmica, efetiva e condizente com o atual contexto social e econômico.

2.2 - A contratação se faz necessária em razão da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, de disponibilizar internet de alta velocidade para as unidades básicas de saúde e demais estabelecimentos assistenciais de saúde do Município de Colatina.

2.3 - Com a informatização dos serviços de saúde, a internet tornou-se indispensável para acesso aos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde, entre eles o E-SUS Multimunicipal, o E-SUS VS e o E-SUS APS, os sistemas de regulação do acesso aos serviços de saúde, MV Soul e o SISREG, o sistema de registro de vacinas SI-PNI, o sistema de controle e dispensação de medicamentos, Hórus, entre outros.

2.4 - Importante ressaltar que o Município de Colatina está implantando o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), através de plataforma online, onde todos os procedimentos e dados referentes aos atendimentos realizados são registrados e enviados de forma automática para o Ministério da Saúde, que converte esses dados em indicadores, que por sua vez definem os recursos do financiamento da saúde do Município de Colatina.

2.5 - Os motivos para solicitação de internet de fibra para os serviços pertencentes a Secretaria de Assistência social, tendo em vista que os mesmos necessitam de uma internet de maior velocidade, e que a empresa que hoje não consegue atender a demanda.

2.6 - A Secretaria de Assistência Social utiliza diversas plataformas do governo federal e estadual para o atendimento à população, tais como Cadastro Único, Bolsa família entre outros, e para melhor atender a população necessita de uma conexão de internet de qualidade.

3 - DO PRAZO, LOCAL E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - O prazo para início dos serviços será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento, por parte da empresa vencedora, da Ordem de Serviço (OS), a ser expedida pela Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.

3.2 - A execução dos serviços será de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação, sendo que cada item será solicitado por uma Ordem de Serviço (OS) individual, ficando facultado solicitar a execução integral ou parcial do Contrato.



3.2.1 - A Ordem de Serviço (OS) discriminará a especificação técnica, quantidade, valor unitário e total dos respectivos serviços.

3.3 - Todos os links deverão ser entregues com velocidade mínima de 50 Mpbs, para download, diariamente.

3.4 - A empresa vencedora deverá manter os serviços da conexão de acesso à internet disponíveis 24 (vinte e quatro) por 07 (sete) dias da semana.

3.5 - Disponibilizar a abertura do chamado por telefone, registrando em sistema de controle de atendimento, com o fornecimento de número de protocolo da respectiva ocorrência.

3.6 - Disponibilizar quando solicitada, todos os números de protocolo abertos no período solicitado, contendo as seguintes informações: data e hora da abertura do chamado, data e hora do encerramento do suporte, solução adotada no problema e nome do técnico responsável pela solução.

3.7 - Disponibilizar atendimento por pessoal especializado para solução de problemas por telefone, com tempo máximo de 30 (trinta) minutos.

3.8 - Solucionar eventuais problemas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da comunicação.

3.9 - Deverá configurar os equipamentos e responsabilizar-se pela sua manutenção, trocando-os sempre que ocorrer obsolescência tecnológica, ou sempre que seja necessário, para o bom funcionamento do link.

3.10 - Quaisquer equipamentos necessários à disponibilização dos serviços licitados deverão ser de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

3.11 - Todos serviços e materiais serão criteriosamente analisados pela Secretaria Municipal requisitante.

3.12 - Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o objeto contratado não atende à especificação técnica licitada, poderá o Município de Colatina rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa vencedora a providenciar a substituição daquele não aceito no prazo de 01 (um) dia útil.

3.13 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas para a prestação de serviços, incluindo transporte, materiais, funcionários, carregamento e descarregamento.

3.14 - A empresa vencedora deverá manter a higiene, conservação e boa aparência dos locais, quando da prestação dos serviços.

3.15 - É de total responsabilidade da empresa vencedora dispor de funcionários para estar presente nos eventos prestando o serviço, objeto deste processo licitatório.

4 - DAS MUDANÇAS DE ENDEREÇOS:

4.1 - A mudança de endereço dos acessos será realizada mediante a solicitação formal do Município de Colatina. Após a conclusão, a empresa vencedora deverá solicitar o aceite da mudança de endereço ao Gestor do Contrato designado pelo Município de Colatina.

4.2 - Será de responsabilidade da empresa vencedora realizar vistorias nas instalações do local de



execução do serviço, nos mesmos termos da vistoria de instalação de acessos.

4.3 - O prazo para conclusão da mudança de endereço respeitará os mesmos termos da instalação de novos enlaces.

4.4 - Após a conclusão, a empresa vencedora deverá solicitar o aceite da instalação do Gestor do Contrato designado pelo Município de Colatina.

5 - DAS DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES:

5.1 - Os acessos deverão ser providos em porta de acesso 100baseTX, ou padrão superior compatível nos endereços garantido as velocidades mínimas de download e upload previstas nas regulações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Os enlaces ora contratados deverão utilizar a transferência de dados bilateralmente, pelo menos nas velocidades de downloads e uploads descritos na e pelo período de 24 horas por 7 dias por semana. O número de circuitos e velocidades contratadas serão descritos à frente e referidos apenas pela velocidade de download como forma de simplificação, não excluindo a exigência de enlaces com transferências de dados bilateral.

5.2 - Todos os equipamentos e utilização de meios de acesso deverão estar incluídos nos preços dos enlaces de cada velocidade estipulada neste Edital.

5.3 - Os enlaces de banda larga deverão manter o padrão e qualidade de velocidade independente do volume de dados trafegados, não acarretando ônus adicionais ao Município de Colatina.

5.4 - O acordo de nível de serviço (SLA) devem seguir as metas estipuladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em suas regulações, como por exemplo a resolução 574/2011.

5.5 - No caso de algumas resoluções da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) citadas neste termo de referência ser atualizada, será considerada como vigente a mais recente.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:

6.1 - Cumprir fielmente as condições e prazos de execução dos serviços estabelecidos no Contrato.

6.2 - Não transferir serviços a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da Prefeitura Municipal Colatina/ES.

6.3 - Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem na ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Colatina/ES ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenização cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

6.4 - Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejarem a contratação particularmente no que tange à regularidade fiscal e qualificação técnica.

6.5 - Fornecer todo recurso humano necessário à realização dos serviços, bem como, fornecer todos os materiais necessários à execução dos mesmos, conforme especificações definidas neste edital, não os deixando faltar por qualquer infortúnio.

6.6 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos relativos ao pagamento de seus empregados, despesas de seguro, transportes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários, bem como, impostos e taxas incidentes decorrentes da execução do objeto do Contrato.



6.7 - Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do Contrato.

6.8 - Assumir a responsabilidade pela entrega total do objeto, bem como, por quaisquer danos decorrentes da mesma, causados a esta municipalidade ou a terceiros.

6.9 - Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela Secretaria solicitante, que estejam relacionadas ao cumprimento do objeto deste edital.

6.10 - Comparecer à sede do Município de Colatina, sempre que solicitado, por meio do responsável da empresa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação para esclarecimentos.

6.11 - Emitir as Notas fiscais devidamente discriminadas (quantidade e valor) e entregá-las no setor designado a acompanhar e controlar a prestação dos serviços, no último dia útil de cada mês.

6.12 - A empresa vencedora deverá responsabilizar-se por qualquer erro que possa ocorrer na prestação dos serviços, ficando na obrigação de corrigi-los sem ônus para a Prefeitura Municipal de Colatina, bem como, prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

7 - DAS RESPONSABILIDADES E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:

7.1 - O responsável pela fiscalização e acompanhamento do processo e do serviço a ser executado, será o colaborador da Secretaria de Tecnologia da Informação, Rodrigo Brumatti Serafini.

7.2 - O fiscal do contrato deverá anotar todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, nos termos deste Termo.

7.3 - O fiscal do contrato deverá controlar a quantidade de pontos ativos e analisar os relatórios enviados pela contratada para verificar e execução dos serviços prestados.

7.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.5 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por qualquer irregularidade.

8 - DO REAJUSTAMENTO:

8.1 - O reajuste poderá ser adotado como forma de compensação dos efeitos de variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento que essa se referir, de acordo com a Lei Nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001 e com disposto na Lei 8.666/1993.

8.2 - O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou outro índice que vier substituir.

8.3 - Compete a empresa vencedora a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Município de Colatina, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo e reajuste, e demais documentos comprobatórios dos reajustes pleiteado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



9 - DA VIGÊNCIA DO TERMO DE CONTRATO:

9.1 - A vigência do Termo de Contrato, dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se na data subsequente à de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, podendo ser prorrogado até o limite legal, desde que justificado formalmente e aprovada pela Autoridade Competente.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

CRENCIAMENTO

Pregão Presencial nº 087/2021

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela Empresa devidamente inscrita no CNPJ sob o nº com sede na Rua/Av nº..... Bairro..... Cidade....., UF....., vem pela presente, informar a V.Sª, que o(a) Sr.ª) Carteira de Identidade nº é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social ou representante legal)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga, bem como o original da Carteira de Identidade do Credenciado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS

Pregão Presencial nº 087/2021

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela Empresa
....., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº
....., com sede na Rua/Av nº....., Bairro.....,
Cidade....., UF....., DECLARA, sob as penas da lei, que **satisfaz plenamente todas as exigências
habilitatórias** previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no inciso VII, do art. 4º, da Lei
nº 10.520/02.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável
(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Pregão Presencial nº 087/2021

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela Empresa devidamente inscrita no CNPJ sob o nº com sede na Rua/Av nº..... Bairro..... Cidade....., UF....., DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que **não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos.**

Ressalva (se houver): () empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável
(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



Anexo VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

Pregão Presencial nº 087/2021

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela Empresa devidamente inscrita no CNPJ sob o nº com sede na Rua/Av nº..... Bairro..... Cidade....., UF....., DECLARA, sob as penas da Lei, de que **não existe fato superveniente impeditivo à sua habilitação**, e que aceita todas as exigências do presente Edital, bem como nos submete a todas as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente para que surta os devidos efeitos legais.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável
(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



Anexo VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 29 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Pregão Presencial nº 087/2021

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa devidamente inscrita no CNPJ sob o nº com sede na Rua/Av, nº, Bairro, Cidade, UF, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que nenhum dos seus sócios e qualquer das pessoas por esses designados para acompanhar o certame, encontra-se ligado a qualquer das pessoas mencionadas no artigo 29 da Lei Orgânica Municipal por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau ou por adoção.

DECLARA AINDA que nenhum dos sócios (proprietários ou quotista) e qualquer das pessoas por esses designados para acompanhar o certame exerce ou já exerceu, nos últimos 06 (seis) meses, cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Municipal.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



Anexo VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

Pregão Presencial nº 087/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF n.º _____, DECLARA seu endereço eletrônico (e-mail) _____, telefone (fixo) _____ (celular) _____ para notificar e receber decisões proferidas no procedimento, que terá validade para ciência inequívoca, produzindo efeitos para contagem de prazos.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável
(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão Presencial nº 087/2021

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA

(NOME DA EMPRESA), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua/Av., nº....., Bairro....., Cidade....., UF....., por mediação de seu representante legal o(a) Sr(a), DECLARA, sob penas da lei, que está enquadrada como MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos do inciso I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e para fins de obtenção dos benefícios da referida Lei e suas alterações, não estar incurso em nenhuma das vedações do art. 3º., §4º.

LOCAL E DATA

Assinatura Identificável

(nome dos sócios ou nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

Contrato de prestação de serviços n.º XXX/2021,
firmado entre o MUNICÍPIO DE COLATINA e a empresa

.....

O **Município de Colatina/ES**, pessoa jurídica de direito interno, inscrito no CNPJ sob o n.º **27.165.729/0001-74**, com sede na Avenida Ângelo Giuberti, 343, Bairro Esplanada, Colatina/ES, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. João Guerino Balestrassi**, brasileiro, casado, Engenheiro, portador do CPF: 493.782.447-34, residente nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, neste ato denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o número _____, com sede na _____, representada pelo Sr. _____, (qualificação e endereço), (situação jurídica perante a empresa), tendo em vista o **Pregão Presencial n.º XXX/2021**, devidamente homologado pela autoridade competente em **XX/XX/XXXX**, no **Processo n.º 017509/2021**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de serviço de internet com conexão banda larga, via fibra óptica, com fornecimento de roteador em regime de comodato, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - O prazo para início dos serviços será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento, por parte da empresa vencedora, da Ordem de Serviço (OS), a ser expedida pela Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.

2.2 - A execução dos serviços será de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação, sendo que cada item será solicitado por uma Ordem de Serviço (OS) individual, ficando facultado solicitar a execução integral ou parcial do Contrato.

2.2.1 - A Ordem de Serviço (OS) discriminará a especificação técnica, quantidade, valor unitário e total dos respectivos serviços.

2.3 - Todos os links deverão ser entregues com velocidade mínima de 50 Mbps, para download, diariamente.

2.4 - A empresa vencedora deverá manter os serviços da conexão de acesso à internet disponíveis 24 (vinte e quatro) por 07 (sete) dias da semana.

2.5 - Disponibilizar a abertura do chamado por telefone, registrando em sistema de controle de atendimento, com o fornecimento de número de protocolo da respectiva ocorrência.

2.6 - Disponibilizar quando solicitada, todos os números de protocolo abertos no período solicitado, contendo as seguintes informações: data e hora da abertura do chamado, data e hora do encerramento do suporte, solução adotada no problema e nome do técnico responsável pela solução.

2.7 - Disponibilizar atendimento por pessoal especializado para solução de problemas por telefone, com



tempo máximo de 30 (trinta) minutos.

2.8 - Solucionar eventuais problemas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da comunicação.

2.9 - Deverá configurar os equipamentos e responsabilizar-se pela sua manutenção, trocando-os sempre que ocorrer obsolescência tecnológica, ou sempre que seja necessário, para o bom funcionamento do link.

2.10 - Quaisquer equipamentos necessários à disponibilização dos serviços licitados deverão ser de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

2.11 - Todos serviços e materiais serão criteriosamente analisados pela Secretaria Municipal requisitante.

2.12 - Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o objeto contratado não atende à especificação técnica licitada, poderá o CONTRATANTE rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa vencedora a providenciar a substituição daquele não aceito no prazo de 01 (um) dia útil.

2.13 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas para a prestação de serviços, incluindo transporte, materiais, funcionários, carregamento e descarregamento.

2.14 - A empresa vencedora deverá manter a higiene, conservação e boa aparência dos locais, quando da prestação dos serviços.

2.15 - É de total responsabilidade da empresa vencedora dispor de funcionários para estar presente nos eventos prestando o serviço, objeto deste processo licitatório

2.16 - A mudança de endereço dos acessos será realizada mediante a solicitação formal do Município de Colatina. Após a conclusão, a empresa vencedora deverá solicitar o aceite da mudança de endereço ao Gestor do Contrato designado pelo Município de Colatina.

2.17 - Será de responsabilidade da empresa vencedora realizar vistorias nas instalações do local de execução do serviço, nos mesmos termos da vistoria de instalação de acessos.

2.18 - O prazo para conclusão da mudança de endereço respeitará os mesmos termos da instalação de novos enlaces.

2.19 - Após a conclusão, a empresa vencedora deverá solicitar o aceite da instalação do Gestor do Contrato designado pelo Município de Colatina.

2.20 - Os acessos deverão ser providos em porta de acesso 100baseTX, ou padrão superior compatível nos endereços garantido as velocidades mínimas de download e upload previstas nas regulações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Os enlaces ora contratados deverão utilizar a transferência de dados bilateralmente, pelo menos nas velocidades de downloads e uploads descritos na e pelo período de 24 horas por 7 dias por semana. O número de circuitos e velocidades contratadas serão descritos à frente e referidos apenas pela velocidade de download como forma de simplificação, não excluindo a exigência de enlaces com transferências de dados bilateral.

2.21 - Todos os equipamentos e utilização de meios de acesso deverão estar incluídos nos preços dos enlaces de cada velocidade estipulada neste Edital.

2.22 - Os enlaces de banda larga deverão manter o padrão e qualidade de velocidade independente do volume de dados trafegados, não acarretando ônus adicionais ao Município de Colatina.



2.23 - O acordo de nível de serviço (SLA) devem seguir as metas estipuladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em suas regulações, como por exemplo a resolução 574/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1 - Os preços a serem pagos são os definidos no Anexo I desta Ata, e nele estão inclusos todos os custos, dentre eles, tributos diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, mão de obra e quaisquer despesas inerentes a prestação dos serviços, não acarretando nenhuma despesa extra a este CONTRATANTE.

3.2 - Os preços propostos são fixos e irrevogáveis, sem prejuízo do disposto no inciso II, alínea "d", do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

3.3 - Receberá a CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, o **valor global estimado de R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxx, xxxxxx e xxxxxxxx e xxxxxx reais e xxxxxx centavos)**, conforme tabela de preços constante do Anexo 01.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1 - O pagamento será realizado mensalmente, de acordo com a prestação dos serviços e com a quantidade de equipamentos instalados, mediante a apresentação pela empresa vencedora/contratada, da Nota Fiscal, ao Município de Colatina, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal exigidos para a habilitação no procedimento licitatório, a saber:

- a) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Fazenda Estadual - Estado Sede da Empresa;
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Fazenda Municipal - Município Sede da Empresa;
- d) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito Negativa, de débitos perante a Justiça do Trabalho;
- e) Comprovação da Inscrição no CNPJ;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipal, perante a Fazenda Pública do Município de Colatina.

4.2 - A Nota Fiscal e os demais documentos emitidos pela empresa vencedora/contratada serão atestados pelo responsável pelo recebimento do objeto licitado e serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis após a respectiva apresentação.

4.3 - O Município de Colatina poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela empresa vencedora, em decorrência de inadimplemento contratual ou avaliações promovidas através do ANS - Acordo de Nível de Serviço.

4.4 - Os pagamentos somente serão realizados através de Ordem Bancária, ficando a empresa vencedora/contratada obrigada a indicar na Nota Fiscal, a Conta-Corrente e Agência Bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

4.5 - Ocorrendo erros na apresentação das Notas Fiscais ou nos documentos relativos às obrigações fiscais/trabalhistas, será solicitada a empresa vencedora/contratada providências para retificação, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da regularização da pendência.

4.6 - A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de Credenciamento e acolhidos nos documentos da fase de Habilitação.



4.7 - Qualquer alteração feita no Contrato Social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no certame, deverá ser comunicado ao Município de Colatina, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

4.8 - O Município de Colatina poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa vencedora/contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

4.9 - Para a efetivação do pagamento a empresa vencedora/contratada deverá manter as condições previstas no edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

4.10 - Os preços propostos são fixos e irrevogáveis, sem prejuízo do disposto no inciso II, alínea "d", do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

4.11 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.12 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.13 - É expressamente vedado ao prestador do serviço efetuar cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

4.14 - O reajuste poderá ser adotado como forma de compensação dos efeitos de variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento que essa se referir, de acordo com a Lei Nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001 e com disposto na Lei 8.666/1993.

4.15 - O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ou outro índice que vier substituir.

4.16 - Compete a empresa vencedora a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo Município de Colatina, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo e reajuste, e demais documentos comprobatórios dos reajustes pleiteado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das dotações:

5.1.1 - Dotação Orçamentária: 1300021030100372147 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 060 - FR: 12110000000 - Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde.

5.1.2 - Dotação Orçamentária: 1300021030100372146 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 053 - FR: 12110000000 - Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde.

5.1.3 - Dotação Orçamentária: 1300031030200382154 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 132 - FR: 12140000003 - Recurso: Bloco Atenção Especializada Saúde Federal - Manutenção das Ações.

5.1.4 - Dotação Orçamentária: 1300021030100372153 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 101 - FR: 22140000002 - Recurso: Bloco Atenção Primária Federal - Manutenção das Ações das Ações.

5.1.5 - Dotação Orçamentária: 1300031030200382155 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 146 - FR: 12140000003 - Recurso: Bloco Atenção Especializada Saúde Federal - Manutenção das Ações.



5.1.6 - Dotação Orçamentária: 1300031030200362165 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 120
- FR: 12140000003 - Recurso: Bloco Atenção Especializada Saúde Federal - Manutenção das Ações.

5.1.7 - Dotação Orçamentária: 1300041030500362176 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 205
- FR: 12140000001 - Recurso: Bloco Vigilância em Saúde Federal - Manutenção das Ações de Saúde.

5.1.8 - Dotação Orçamentária: 1300051030300382170 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 231
- FR: 12110000000 - Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde.

5.1.9 - Dotação Orçamentária: 1300031030200382159 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha: 157
- FR: 12110000000 - Recurso: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde.

5.1.10 - Dotação Orçamentária: 2300010812200312283 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha:
933 - FR: 23110000002 - Recurso: Bloco Proteção Social FNAS - Federal.

5.1.11 - Dotação Orçamentária: 2300010812200312055 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha:
908 - FR: 23110000000 - Recurso: IGD - Bolsa Família (Índice de Gestão Descentralizada).

5.1.12 - Dotação Orçamentária: 2300010812200322281 - Elemento de despesa: 33903900000 - Ficha:
958 - FR: 13110000001 - Recurso: Bloco Proteção Social FNAS - Federal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras inerentes ou decorrentes deste contrato:

- a) Prestar os serviços de acordo com as determinações constantes neste instrumento;
- b) Responsabilizar por qualquer erro que possa ocorrer na prestação dos serviços, objeto do Contrato, ficando na obrigação de corrigi-los sem ônus para o CONTRATANTE, bem como prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- c) Comunicar por escrito ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que venha a afetar o prazo dos serviços, bem como qualquer anormalidade relacionada com a execução deste contrato;
- d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- e) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas deste contrato.
- f) Cumprir fielmente as condições e prazos de execução dos serviços estabelecidos no Contrato.
- g) Não transferir serviços a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da Prefeitura Municipal Colatina/ES.
- h) Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem na ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Colatina/ES ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente os reparos ou indenização cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
- i) Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejarem a contratação particularmente no que tange à regularidade fiscal e qualificação técnica.
- j) Fornecer todo recurso humano necessário à realização dos serviços, bem como, fornecer todos os materiais necessários à execução dos mesmos, conforme especificações definidas neste edital, não os deixando faltar por qualquer infortúnio.
- k) Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos relativos ao pagamento de seus empregados, despesas de seguro, transportes, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários, bem como, impostos e taxas incidentes decorrentes da execução do objeto do Contrato.
- l) Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na



execução do Contrato.

- m) Assumir a responsabilidade pela entrega total do objeto, bem como, por quaisquer danos decorrentes da mesma, causados a esta municipalidade ou a terceiros.
- n) Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela Secretaria solicitante, que estejam relacionadas ao cumprimento do objeto deste edital.
- o) Comparecer à sede do CONTRATANTE, sempre que solicitado, por meio do responsável da empresa, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação para esclarecimentos.
- p) Emitir as Notas fiscais devidamente discriminadas (quantidade e valor) e entregá-las no setor designado a acompanhar e controlar a prestação dos serviços, no último dia útil de cada mês.
- q) A empresa vencedora deverá responsabilizar-se por qualquer erro que possa ocorrer na prestação dos serviços, ficando na obrigação de corrigi-los sem ônus para a Prefeitura Municipal de Colatina, bem como, prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento na forma e condições contratadas;
- b) Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços objeto do presente, comunicando à CONTRATADA às ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- c) Publicar o extrato deste contrato, na forma da Lei;
- d) Fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-los nos casos omissos.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 - Os procedimentos de acompanhamento e fiscalização abrangem todas as rotinas necessárias à boa execução dos serviços.

8.2 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso, para posterior comprovação:

8.2.1 - Os resultados alcançados em relação à CONTRATADA, com verificação dos prazos, da execução e da qualidade dos serviços demandados;

8.2.2 - O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, inclusive se a CONTRATADA continua mantendo em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3 - O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando a avaliação periódica.

8.4 - O fiscal do contrato deverá promover o registro de todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme as previsões deste termo.

8.5 - A fiscalização será efetuada por meio fotográfico, emissão de relatório técnico, bem como a emissão de notificação a CONTRATADA.

8.6 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a(o) Secretária(o) Municipal de Administração, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.



8.7 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade ou responsabilidade na execução dos serviços.

8.8 - Ao servidor designado pelo CONTRATANTE para o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços de acordo com as regras e exigências deste termo, caberá ainda, a conferência das notas fiscais e a liberação das respectivas faturas para pagamento.

8.9 - Os servidores designados como fiscais do contrato serão indicados no ato da emissão da Autorização de Fornecimento.

8.10 - O fiscal do contrato deverá anotar todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, nos termos deste Termo.

8.11 - O fiscal do contrato deverá controlar a quantidade de pontos ativos e analisar os relatórios enviados pela contratada para verificar e execução dos serviços prestados.

8.12 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.13 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

8.14 - O responsável pela fiscalização e acompanhamento do processo e do serviço a ser executado, será o colaborador da Secretaria de Tecnologia da Informação, Rodrigo Brumatti Serafini.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

9.1 - O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data subsequente da publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo, podendo ser prorrogado até o limite legal, desde que justificado formalmente e aprovada pela Autoridade Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - À CONTRATADA que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

- a) Multa;
- b) Rescisão do Contrato ou cancelamento da autorização de serviço;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Colatina e,
- d) Declaração de inidoneidade.

10.2 - Será aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, quando a CONTRATADA:

- a) causar embaraços ou desatender as determinações da fiscalização;
- b) transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE;
- c) cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;
- d) praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha causar danos ao CONTRATANTE ou a terceiros, independentemente da obrigação da CONTRATADA em reparar os danos causados.



- e) descumprir quaisquer obrigações licitatórias / contratuais;
- f) se recuse a assinar o contrato, aceitá-lo ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no Edital.

10.3 - Ocorrendo atraso no início da prestação dos serviços, será aplicada multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor contratado, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

10.4 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à CONTRATADA a pena de suspensão do direito de licitar com o CONTRATANTE, pelos prazos de 06 (seis) meses, 12 (doze) meses e por maiores prazos, em função da gravidade da falta cometida.

10.5 - Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé, a juízo do CONTRATANTE, independentemente das demais sanções cabíveis.

10.6 - A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

10.7 - Caso o CONTRATANTE exerça o direito de aplicar a pena de multa, este se obriga a notificar a CONTRATADA, justificando a medida.

10.8 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas pela Secretaria Municipal de Fazenda, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação, independentemente do julgamento de pedido de reconsideração do recurso.

10.9 - Poderá, ainda, a CONTRATADA, a juízo do CONTRATANTE, responder por perdas e danos, independentemente das demais sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - Constituem motivos para rescisão do Contrato independentemente das sanções legais e contratuais aplicáveis:

- a) A inexecução total ou parcial do Contrato;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em caso de firma individual;
- c) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, de forma que prejudiquem a execução do Contrato;
- d) O não cumprimento de cláusulas contratuais;
- e) A subcontratação total ou parcial do serviço, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- f) Atraso superior a 05 (cinco) dias no início dos serviços;
- g) Por conveniência da Administração Municipal.

11.2 - A rescisão amigável pelo CONTRATANTE deverá ser precedida da autorização escrita e fundamentada, assegurada o contraditório e ampla defesa.

11.3 - No caso de rescisão amigável do contrato por razões de interesse do serviço público, será a CONTRATADA ressarcida dos prejuízos causados, regularmente comprovados que houver sofrido.

11.4 - A rescisão unilateral do contrato será formalizada por ato do Prefeito Municipal de Colatina.

11.5 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES



em:

- a) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ele devido, quando houver.

11.6 - No caso de rescisão contratual pelos motivos acima expostos, cessará automaticamente todas as atividades relativas a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1 - O CONTRATANTE é responsável pela publicação na imprensa oficial, em resumo, do presente contrato, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Os CONTRATANTES elegem o Foro da Comarca de Colatina-ES, para dirimir as dúvidas que porventura possam advir do presente contrato.

14.2 - Estando assim devidamente contratados firmam o presente que é lavrado em 02 (duas) vias para um só fim e efeito.

Colatina, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE COLATINA

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA